



## **VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA TURQUIA**

### DECLARAÇÃO CONJUNTA

#### FÓRUM JUSTIÇA E TRIBUNAIS

Murat Arslan, presidente da YARSAV, a única associação de juízes e procuradores independentes da Turquia reconhecida pelas associações europeias de magistrados, foi condenado a uma pena de 10 anos de prisão no dia 19 de Janeiro deste ano.

Em 9 de Outubro de 2017, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa havia concedido a Murat Arslan o Prémio Václav Havel de Direitos Humanos de 2017, em reconhecimento pelo seu compromisso permanente com a afirmação da independência do poder judicial e regras do Estado de direito.

Sebnem Korur Fincanci, advogada e presidente da Fundação de Direitos Humanos da Turquia, foi também condenada na pena de 2 anos e 6 meses de prisão por ter assinado a declaração “Não seremos cúmplices destes crimes”, preparada pelo grupo Académicos pela Paz.

Estes são apenas dois exemplos que ilustram o facto de a Turquia se ter tornado a maior prisão de juízes, procuradores, advogados e funcionários de justiça de todo o mundo.

Depois da crise política de Julho de 2016 e da declaração do estado de emergência, muitos dos que tinham ousado desafiar o totalitarismo do governo turco foram confrontados com despedimentos sumários, prisões arbitrárias, confisco de bens e condenações em pesadas penas de prisão.

Os observadores internacionais presentes nos julgamentos têm denunciado flagrantes violações de normas fundamentais do processo penal e grosseiras ilegalidades, mesmo à luz das próprias leis turcas, particularmente as que procuram garantir a imparcialidade dos tribunais e os direitos de defesa dos acusados, mostrando que as condenações são motivadas apenas por razões políticas.

Em poucos meses foram sumariamente demitidos e colocados sob investigação 4.463 magistrados e 1.546 advogados e presos 2.360 magistrados e 600 advogados. Foram já condenados em pesadas penas de prisão centenas de magistrados e advogados, incluindo dezenas de membros da YARSAV e das Ordens de Advogados.



A estes números trágicos soma-se o despedimento, detenção e condenação de dezenas de milhares de académicos, médicos, professores, jornalistas, militares e funcionários públicos.

A comunidade jurídica e judicial da Europa e as diversas organizações representativas dos profissionais da Justiça têm constatado, com horror, a purga inclemente e injustificada que foi feita no sistema de justiça turco.

O panorama é trágico e inaceitável, particularmente numa Europa que se pretende defensora dos Direitos Humanos e das regras civilizacionais básicas que regem a nossa vida colectiva.

Deste modo, neste momento particularmente grave, os signatários:

- Expressam a sua solidariedade para com Murat Arslan e todos os juízes, procuradores, advogados e funcionários de justiça condenados por razões políticas e sujeitos a tratamento desumano e injusto, juntamente com as suas famílias, a quem, prestam um testemunho inequívoco de fraternidade;
- Manifestam a sua profunda preocupação pela violação grave de regras fundamentais de Democracia e Direitos Humanos a que se assiste na Turquia;
- Apela a todas as instituições nacionais e europeias, no âmbito do judiciário, para que suspendam quaisquer actividades iniciativas ou projectos de cooperação com o sistema judicial turco;
- Instam vivamente o governo turco a repor urgentemente o Estado de direito no país, libertando os milhares de representantes do judiciário detidos e condenados injustamente.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 2019

Bastonário da Ordem dos Advogados

Guilherme Figueiredo

Bastonário da Ordem dos Solicitadores e Agentes e Execução

José Carlos Resende

Presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses

Manuel Soares

Presidente do Sindicato do Ministério Público

António Ventinhas

Presidente do Sindicato dos Funcionários Judiciais

Fernando Jorge